

A Escola de Miragaia como exemplo da articulação entre a comunidade e as saídas profissionais

Diogo Lima*
Catarina Agante**
Joaquim Luis Coimbra***

*Investigador na Área de Consulta Psicológica de Jovens e Adultos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
**Psicóloga Responsável pelo Serviço de Psicologia e Orientação Escolar do Agrupamento de Miragaia
***Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento

O objectivo principal desta comunicação é apresentar uma experiência de intervenção do Serviço de Psicologia e Orientação (S.P.O.) de uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos do Porto, no sentido de promover e dinamizar a articulação entre instituições de formação profissional que funcionam como parceiros comunitários existentes na própria comunidade e as saídas profissionais de alunos com insucesso, retenção e/ou exclusão escolar. Assim, caracteriza-se em primeiro lugar, o contexto sócio-económico-cultural da comunidade em que se insere a escola e as suas consequências para o quotidiano vivido nessa instituição escolar. Em seguida, descreve-se o papel da orientação num contexto populacional sócio-culturalmente desfavorecido, em que se encontram índices significativos de insucesso, retenção e exclusão escolar. Finalmente e após se ter caracterizado o processo de construção das parcerias comunitárias, ao nível da formação profissional, mais signifi-

cativas nesta comunidade, procura-se reflectir sobre a estreita colaboração e articulação entre os referidos parceiros e o Serviço de Psicologia e Orientação.

Introdução

Hoje em dia, qualquer projecto educativo consistente reclama a orientação vocacional como uma componente imprescindível, considerada como um dos objectivos últimos e transversais de todo o processo educativo. É neste sentido que os Serviços de Psicologia e Orientação (S.P.O.) existentes nas escolas assumem particular importância no apoio à construção e implementação de projectos (escolares e profissionais, vocacionais, de vida) que se processa ao longo de toda a existência e envolve todas as suas dimensões (psicológico – afectivas). No entanto, a orientação realizada em contexto escolar enfrenta desafios de grande complexidade perante alvos de intervenção que revelam um historial escolar de insucesso, retenção e exclusão em comunidades altamente carenciadas do ponto de vista social e económico. Face a estas especificidades sócio-económicas e escolares, qual a postura e perspectiva que o psicólogo deve adoptar? Uma postura eminentemente colaborativa ou uma perspectiva, que chamaremos aqui de tradicional, que tende a ver no psicólogo um especialista?

O contexto e a sua escola

A Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Miragaia insere-se na zona histórica do Porto, predominantemente residencial, de traçado medieval, fortemente afectada por um conjunto de problemas sociais que têm repercussões ao nível dos sistemas pessoais e transpessoais.

Os problemas mais prementes são a degradação urbana e consequentes condições de habitabilidade, a ausência de infra-estruturas, a insalubridade dos espaços públicos e privados; o predomínio de indivíduos com emprego precário e desempregados em que os níveis de escolaridade revelam o pouco investimento que é feito no contexto escolar enquanto projecto pessoal no futuro já que os jovens são afectados pela ausência de qualificação académica e profissional dos significativos que funcionam como modelos de socialização; o acentuado insucesso e abandono escolar precoce; a grande incidência de famílias monoparentais onde existem maus tratos infantis, agravadas pela coexistência espacial e temporal de comportamentos desviantes como a prostituição, a toxic dependência, a delinquência e o alcoolismo.

Todos estes factores conjugados conduzem à existência de inúmeros problemas pessoais e sociais, parecendo que estas pessoas não exercem efectivamente os seus direitos de cidadania e que tendem a ficar estigmatizadas por não terem o mesmo tipo de recursos que outras comunidades, ou porque não sabem fazer valer os seus direitos e usufruir dos recursos que a

própria comunidade lhes oferece, entrando assim num ciclo infindável gerador de exclusão social, para si e para os seus significativos, para os quais transmitem esta ausência de expectativas e aspirações. Trata-se como que de um processo de interiorização da pobreza gerador de uma inércia que urge ser combatida.

Todas estas características contextuais revelam que a escola se encontra num ghetto, assumindo um importante papel como canalizadora de relações de apoio, de afecto e de optimismo na preparação de projectos de vida dos alunos visivelmente desmotivados, ansiosos e inseguros. Para tal, torna-se necessário uma interacção dinâmica e colaborativa entre a escola e a comunidade, de forma a diluir a exclusão social, rompendo progressivamente com o ciclo de reprodução de pobreza. É pois, nesta dinâmica com a comunidade circundante que o Serviço de Psicologia e Orientação assume um papel importante, nomeadamente os processos de orientação escolar e profissional através da implementação de uma estratégia comunitária, ultrapassando-se assim, a percepção social dos psicólogos como profissionais estritamente de gabinete.

O papel da orientação escolar face ao insucesso, retenção e/ou exclusão

O Serviço de Psicologia e Orientação (S.P.O.) é constituído por um Psicólogo, um Técnico do Ensino Especial e por um Técnico de Serviço Social que trabalham as diversas áreas específicas em equipa multidisciplinar, com o objectivo da promoção do sucesso e qualidade escolar. "Os Serviços de Psicologia e Orientação contribuem para a concretização da igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a escola e o mundo profissional, mediante o acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como, o apoio no processo de escolha do seu projecto de vida" (Decreto-lei nº 190/91 de 17 de Maio, em cumprimento do artº 26º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

O Serviço de Psicologia e Orientação neste contexto escolar depara-se com realidades sociais que implicam uma actuação conjugada e articulada entre diferentes actores que têm intervenção no processo educativo e formativo. Procura-se, assim, identificar entre os recursos existentes na comunidade e no sistema educativo aquelas soluções que melhor se adequam à realidade e que poderão proporcionar projectos de vida que quebrem os ciclos de exclusão escolar e social. É justamente então que a intervenção no comportamento vocacional como consulta psicológica adquire todo o seu significado, ao integrar a promoção do desenvolvimento vocacional na totalidade do desenvolvimento humano – um processo histórico – social, onde a intervenção consiste em ajudar os indivíduos não a descobrir a sua vocação, o seu caminho pré-fixado, mas sim, pela educação das escolhas, a elaborar e implementar projectos, a cons-

truir um itinerário pessoal. Pressupõe-se, portanto, que o processo de desenvolvimento é educável e esta educabilidade confere significado à intervenção psicológica como contribuição para a promoção do desenvolvimento humano. Desta forma, e, tendo como objectivo a diluição da exclusão social e, como tal, a promoção do desenvolvimento humano, cabe à orientação escolar a responsabilidade de identificar os alunos que se encontram em risco de exclusão escolar devido ao não cumprimento da escolaridade obrigatória até perfazerem os quinze anos de idade, quer se encontrem no 2º ou no 3º ciclos de escolaridade. Por outro lado, há que alertar os docentes acerca das alternativas existentes para aqueles alunos que, à partida, evidenciam não terem grande probabilidade de prosseguir os seus estudos. O Serviço de Psicologia e Orientação disponibilizou ao corpo docente um programa de apoio aos alunos que se enquadram em situações de risco de exclusão escolar, promovendo acções de divulgação junto das turmas, apoiando os alunos num processo de exploração vocacional quer individual quer em grupo, promovendo os protocolos e parcerias com os membros comunitários com vertente formativa, encaminhando os alunos num processo de gradual aproximação a um projecto profissional mais realista. Deste modo, todo o trabalho realizado por este serviço parte da conceptualização do papel do psicólogo não como um especialista centrado fundamentalmente numa relação dual circunscrita a um determinado espaço e tempo de um gabinete o que corresponde à imagem clássica que se tem deste profissional, mas como um profissional aberto à comunidade, articulando e colaborando com todas as redes de relações em que o jovem está integrado, procurando encontrar soluções formativas adequadas na própria comunidade.

O processo de construção das parcerias comunitárias com vertente formativa: o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória e a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

Na realidade, o modelo tradicional de orientação, pressupõe que cada indivíduo, possui certas características, que o destinam ao exercício de uma determinada profissão, e à prossecução dos estudos que a ela conduzem; à intervenção de orientação cabe descobrir, num determinado e único momento, qual a profissão que se adequa a cada indivíduo; estima-se que se seguir a sua vocação será feliz e dará à sociedade o melhor contributo de que é capaz (Campos, 1987).

Deste modo, a intervenção dirige-se exclusivamente ao sistema pessoal do sujeito, em que o psicólogo considerado um "expert" por intermédio de um conjunto de testes psicológicos iria descobrir a vocação adormecida do indivíduo. No entanto, e na medida em que o desenvolvimento humano (sendo o desenvolvimento vocacional uma das suas dimensões), é um desenvolvimento em contexto, as intervenções devem tomar como alvo os sistemas transpessoais, pois a acção em contexto não depende exclusivamente dos comportamentos, das competên-

cias e das estruturas do sistema pessoal, mas também da qualidade psicossocial dos contextos de vida onde o sujeito se move.

Esta nova e inovadora maneira de pôr o problema da orientação deve ser traduzida na prática, pelo envolvimento de todos os significativos, que de forma directa ou indirecta, influenciam o desenvolvimento individual do sujeito.

É neste contexto que se torna fundamental a colaboração e a construção de parceiros com significativos da comunidade, com o objectivo de mobilizar e potenciar todos os recursos pessoais (os professores; os encarregados de educação) e organizacionais (as instituições com vertente formativa) existentes na comunidade. É esta relação sinérgica e coesa, entre todos os membros e agentes da comunidade, que será por excelência, a principal estratégia de intervenção com vista à melhoria da qualidade dos contextos de vida.

Aqui, o psicólogo, não se centra apenas na sua competência e recurso a tecnologias, mas também no processo de relação com o seu colaborador, num verdadeiro modelo participativo de actuação, o que impõe reciprocidade, conhecimento e compreensão mútua e negociação das decisões a tomar em cada etapa do processo. De facto, ambos os intervenientes, são portadores de conhecimentos, competências e experiências relevantes, para a resolução do problema em questão. A partilha de responsabilidades com papéis bem definidos, abre caminho para formas superiores de cooperação. Nesta perspectiva, as decisões não são assumidas exclusivamente pelo psicólogo, ou justificadas apenas pela sua base científica, mas negociadas, o que implica confrontação dialéctica de perspectivas diferentes, legitimação das propostas apresentadas e discussão e clarificação das opções de valores inerentes (Coimbra, 1991). Tudo isto, aponta para a enorme necessidade de se constituírem equipas multidisciplinares, em que a partilha de formações e conceptualizações teóricas diversificadas, assume-se como um valor acrescentado.

Assim, só através do envolvimento activo e da conjugação de esforços e recursos existentes na comunidade educativa é que a mudança poder-se-á operar, no sentido do indivíduo adquirir um maior empowerment pessoal para fazer face ao poder e aos constrangimentos sociais. Não é pois somente a falta de informação, ou a inexistência de resultados derivados dos testes psicológicos, que o desenvolvimento vocacional não ocorre, mas pela necessidade de se variarem as oportunidades de exploração do mundo das formações e das profissões, o que só é alcançado por intermédio das parcerias comunitárias, que se vão construindo. Dois desses parceiros com vertente formativa são: O Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória e a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto.

Estas instituições de formação profissional existentes na própria comunidade proporcionam

alternativas de formação resultantes de estudos multidisciplinares realizados junto da população, com o objectivo de identificar as necessidades existentes no contexto, funcionando como alternativas às tradicionais entidades formadoras.

Em 1996, o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória (C.S.P.N.S.V.) realizou um estudo de avaliação multidisciplinar da comunidade que se intitulou "Despertar para a Vitória" que apontou a existência de preocupações em dotar a população deste contexto com competências que permitam um desenvolvimento integrado sem que ocorra a perda da identidade humana e cultural. "A erradicação da pobreza só será alcançada por um processo de desenvolvimento local e integrado. Um desenvolvimento local, não no sentido da auto-suficiência, não localista, mas como um processo cujas exogeneidades e dependências (Silva, 1994) são controladas e integradas pelos agentes locais que estão mobilizados na resolução dos seus problemas e na mobilização dos seus próprios recursos (Gros, 1994). Um desenvolvimento integrador das condições e projectos dos indivíduos da comunidade e integrador das continuidades e rupturas que o próprio processo gera. Resultante deste estudo temos o alerta para a necessidade dos parceiros sociais estarem atentos para aspectos mobilizadores do desenvolvimento e reforço da coesão social, como o aumento do nível de qualificações, a promoção da melhoria da qualidade de vida, a dinamização e aumento dos níveis de qualificação profissional e de inserção no trabalho. Temos, assim, que estas instituições, por estarem inseridas no contexto social, cultural e humano, estão mais atentas às necessidades existentes, podendo potenciar os recursos humanos, sociais e culturais como catalisadores do desenvolvimento dessa mesma comunidade. Surgem iniciativas no âmbito da formação profissional que vão de encontro às necessidades anteriormente avaliadas e ao encontro dos significados e relevâncias atribuídos às actividades existentes e necessárias à comunidade. Com a cada vez maior notoriedade histórico-mundial do centro Histórico como Património Mundial foi organizado um curso de formação profissional de Nível I: Guias Turísticos – destinado a alunos em risco de exclusão escolar com nível de escolaridade de 2º ciclo – potenciando o seu conhecimento da realidade e especificidades da freguesia e Centro Histórico em prol da vertente turística, valorizando um nível de escolaridade e formação superior às expectativas mais optimistas. Esta é uma forma de proporcionar às camadas de população mais jovens um futuro mais atractivo, possibilitando que a sua formação se converta num real ingresso no mundo do trabalho mantendo os recursos junto da comunidade que deles depende como fonte potenciadora de desenvolvimento.

Este é um exemplo de entre muitos que poderíamos apresentar dentro das alternativas que o Centro Social e Paroquial de Nª Sª da Vitória proporciona à população em idade escolar

A Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto é uma instituição de carácter social e cultural implantada neste contexto e que tem por objectivos na área da formação pro-

fissional, não só ir de encontro às necessidades avaliadas junto da população mas também proporcionar os recursos sociais para que os indivíduos apliquem as competências e conhecimentos decorrentes da sua formação em benefício da comunidade envolvente. Esta instituição abrange as várias freguesias que compõem o Centro Histórico, pelo que a diversidade existente nas ofertas de formação corresponde à tentativa de suplantar as peculiaridades de uma população com características muito próprias nunca homogeneizando mas sim respeitando essa mesma diversidade. A título exemplificativo pode referir-se os cursos de Nível I: Auxiliar de Cabeleireiro, Empregado de Mesa e Bar, entre outros, e os cursos de Nível II: Técnico de Informática; os formandos têm o apoio de um gabinete de inserção na vida activa que garante informações sobre apoios económicos e outros que facilitem a integração dos mesmos no mundo do trabalho.

Este processo de construção de parcerias, implica, não só, o encaminhamento feito pelo Serviço de Psicologia e Orientação para estas instituições, e a formação qualificante dada pelas mesmas, mas também a existência de dispositivos de acompanhamento em termos de apoio emocional; avaliação da satisfação intrínseca pela transição para um novo contexto formativo.

Posteriormente, procura-se proceder a uma avaliação da eficácia destas parcerias para o indivíduo, através da avaliação do seu nível de realização e satisfação pessoal e profissional, derivado da sua integração ou não no mundo do trabalho.

De facto, a orientação não deve apenas criar condições de exploração, mas também procurar acompanhar sempre os jovens ao longo do seu percurso formativo e profissional.

A colaboração e articulação entre os parceiros comunitários e o Serviço de Psicologia e Orientação

A promoção da articulação entre os referidos parceiros e a comunidade escolar é feita por intermédio do Serviço de Psicologia e Orientação, o qual procura fornecer novas perspectivas formativas, descentrando expectativas ciclicamente pessimistas, no sentido de um futuro profissional optimista mas simultaneamente realista. Neste contexto, deverá o Serviço de Psicologia organizar acções de esclarecimento e sensibilização para os demais intervenientes no processo educativo, mobilizando para tal dirigentes da comunidade local, docentes, encarregados de educação e elementos representantes das instituições com vertente de formação existentes na comunidade, mas, que muitas vezes, têm dificuldade em fazer conhecer as suas potencialidades.

Na breve história do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar, estas acções têm vindo a ser

organizadas todos os anos lectivos (a realização de painéis com profissionais; a organização de uma mini Feira de Orientação e Profissional nas instalações da própria escola), procurando avaliar quanto ao alcance dos objectivos a que nos propomos dentro dos constrangimentos existentes. Será de realçar que os resultados têm sido positivos, uma vez que a própria comunidade escolar, no início do ano lectivo, reivindica a continuidade destas acções, referindo a experiência de indivíduos que superaram as expectativas mais optimistas através de uma alternativa formativa a que anteriormente não tinham acesso pela falta de mobilização e articulação dos diversos recursos formativos existentes. Considera-se que um Serviço de Psicologia e de Orientação Escolar terá, obrigatoriamente, de procurar encontrar num trabalho com a comunidade escolar e demais envolvente, as pontes que permitam ultrapassar os constrangimentos de quem nasceu num contexto, situações e modos de vida, reforçados por uma imagem colectiva de espaço desvalorizado, colaborando em processos de aprendizagem da desqualificação social, da estigmatização e da desistência em tentar alterar o percurso das coisas (Henriques, 1993).

Conclusão

Procurou descrever e avaliar-se uma experiência real no âmbito do acesso à qualificação profissional e formação de jovens, em que recorrendo-se às próprias instituições formativas existentes na comunidade se promove e se potencia a formação dos jovens tendo em conta as necessidades dessa mesma comunidade, que tem como objectivo em última análise a quebra do ciclo vicioso da exclusão e da pobreza. Esta experiência tem subjacente a ideia de que a intervenção psicológica/vocacional não pode restringir-se somente aos sistemas pessoais, mas que deve ser expandida para níveis comunitários (modalidade indirecta de intervenção), algo menos frequente.

Bibliografia

- Campos, B.P. (1980). Orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XV, 195-230.
- Campos, B.P. & Coimbra, J.L. (1991). Consulta psicológica e exploração do investimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 11-19.
- Coimbra, J.L. (1991). O psicólogo face aos outros profissionais da educação: Reflexões sobre a consultadoria psicológica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 21-26.
- Gros, M.C. (1994). *Estratégias identitárias num território desqualificado*. Comunicação apresentada no Encontro "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento". Lisboa, Maio.
- Henriques, J.M. (1993). *Pobreza e iniciativas locais, para o emprego e o desenvolvimento*. Comunicação apresentada no Encontro "Iniciativas Locais de Emprego e o Desenvolvi-

mento Local". Lisboa, Março.

Imaginário, L. & Campos, B.P. (1987). Consulta psicológica vocacional em contexto escolar. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 107-113.

Orford, J. (1992). *Community psychology theory and practice*. New York: John Wiley & Son.